

# Sumário

<b>ABREVIATURAS</b> .....	XVII
---------------------------	------

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL**

- 1.1 Política e direitos políticos
  - 1.1.1 Noção de política
  - 1.1.2 Direitos políticos e cidadania
  - 1.1.3 Fundamento dos direitos políticos
  - 1.1.4 Privação de direitos políticos
- 1.2 Direito eleitoral
  - 1.2.1 Conceito
  - 1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral
  - 1.2.3 Princípios de Direito Eleitoral
  - 1.2.4 Interpretação: proporcionalidade e razoabilidade
- 1.3 Questões

## **CAPÍTULO 2 – INSTITUIÇÕES ELEITORAIS**

- 2.1 Justiça eleitoral
  - 2.1.1 Introdução
  - 2.1.2 Funções da Justiça Eleitoral
  - 2.1.3 Órgãos da Justiça Eleitoral
  - 2.1.4 Divisão geográfica da Justiça Eleitoral
- 2.2 Ministério Público Eleitoral
- 2.3 Partidos políticos
  - 2.3.1 Noção de partido político
  - 2.3.2 Funções
  - 2.3.3 Liberdade de organização
    - 2.3.3.1 O art. 17, § 1º, da Constituição
    - 2.3.3.2 Incorporação e fusão
    - 2.3.3.3 Coligação partidária
  - 2.3.4 Financiamento partidário
  - 2.3.5 Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária
  - 2.3.6 Dever de fidelidade partidária
  - 2.3.7 Competência jurisdicional para questões partidárias
  - 2.3.8 Extinção de partido político
- 2.4 Questões

## **CAPÍTULO 3 – SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO**

- 3.1 Introdução
- 3.2 Sistema majoritário
- 3.3 Sistema proporcional
  - 3.3.1 Noção do sistema proporcional
  - 3.3.2 Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário
  - 3.3.3 Função do sistema proporcional
  - 3.3.4 Críticas ao sistema proporcional

### 3.4 Questões

## **CAPÍTULO 4 – ALISTAMENTO ELEITORAL**

- 4.1 Caracterização do alistamento eleitoral
- 4.2 Alistamento eleitoral obrigatório
- 4.3 Alistamento eleitoral facultativo
- 4.4 Inalistabilidade
- 4.5 Domicílio eleitoral
- 4.6 Cancelamento e exclusão
- 4.7 Revisão eleitoral
- 4.8 Questões

## **CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**

- 5.1 Conceito de elegibilidade
- 5.2 Condições de elegibilidade
- 5.3 Elegibilidade de militar
- 5.4 Reelegibilidade do titular do Poder Executivo
- 5.5 Momento de aferição das condições de elegibilidade
- 5.6 Questões

## **CAPÍTULO 6 – INELEGIBILIDADE**

- 6.1 Introdução
  - 6.1.1 Conceito de inelegibilidade
  - 6.1.2 Fontes de inelegibilidade
  - 6.1.3 Fundamento da inelegibilidade
  - 6.1.4 Princípios reitores da inelegibilidade
  - 6.1.5 Classificação
  - 6.1.6 Duração da inelegibilidade
- 6.2 Inelegibilidades constitucionais
  - 6.2.1 Inelegibilidade de inalistáveis
  - 6.2.2 Inelegibilidade de analfabetos
  - 6.2.3 Inelegibilidade por motivos funcionais – reeleição
  - 6.2.4 Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes
- 6.3 Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais
  - 6.3.1 Introdução
  - 6.3.2 A Lei Complementar nº 64/90
  - 6.3.3 Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, art. 1º, I
    - 6.3.3.1 Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b)
    - 6.3.3.2 Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c)
    - 6.3.3.3 Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d)
    - 6.3.3.4 Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e)
    - 6.3.3.5 Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f)
    - 6.3.3.6 Rejeição de contas de gestão (art. 1º, I, g)
    - 6.3.3.7 Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h)
    - 6.3.3.8 Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i)
    - 6.3.3.9 Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j)

- 6.3.3.10 Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, *k*)
- 6.3.3.11 Improbidade administrativa (art. 1º, I, *l*)
- 6.3.3.12 Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, *m*)
- 6.3.3.13 Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, *n*)
- 6.3.3.14 Demissão do serviço público (art. 1º, I, *o*)
- 6.3.3.15 Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, *p*)
- 6.3.3.16 Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, *q*)
- 6.3.4 Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, art. 1º, II a VII
  - 6.3.4.1 Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República
  - 6.3.4.2 Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador
  - 6.3.4.3 Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito
  - 6.3.4.4 Inelegibilidade para o Senado
  - 6.3.4.5 Inelegibilidade para a Câmara de Deputados
  - 6.3.4.6 Inelegibilidade para a Câmara Municipal
- 6.4 Momento de aferição das causas de inelegibilidade
- 6.5 Arguição judicial de inelegibilidade
- 6.6 Suspensão ou extinção de ato gerador de inelegibilidade
- 6.7 Suspensão de inelegibilidade
- 6.8 Questões

## **CAPÍTULO 7 – PROCESSO ELEITORAL**

- 7.1 Caracterização do processo eleitoral
- 7.2 Processo eleitoral e processo jurisdicional eleitoral
- 7.3 Anualidade eleitoral
- 7.4 Principais temas do processo eleitoral
- 7.5 Questões

## **CAPÍTULO 8 – REGISTRO DE CANDIDATURA**

- 8.1 Considerações iniciais
- 8.2 Formalidades para o pedido de registro de candidatura
  - 8.2.1 Documentos necessários ao registro
  - 8.2.2 Verificação e validação de dados e imagem
  - 8.2.3 Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI
  - 8.2.4 Número de candidatos que pode ser registrado por partido
  - 8.2.5 Quota eleitoral de gênero
    - 8.2.5.1 A questão dos trans, transgênero e transexual
  - 8.2.6 Substituição de candidatos
- 8.3 Procedimento do registro de candidatura
- 8.4 Impugnação a pedido de registro de candidatura
  - 8.4.1 Notícia de inelegibilidade
  - 8.4.2 Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)
- 8.5 Questões

## **CAPÍTULO 9 – CAMPANHA ELEITORAL, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 9.1 Campanha eleitoral
- 9.2 Financiamento de campanha eleitoral
  - 9.2.1 Modelos de financiamento de campanha eleitoral
    - 9.2.1.1 Financiamento público exclusivo

- 9.2.1.2 Financiamento privado
- 9.2.1.3 Financiamento misto
- 9.2.2 Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral
  - 9.2.2.1 Limite de gastos de campanha
  - 9.2.2.2 Financiamento público
  - 9.2.2.3 Financiamento privado
  - 9.2.2.4 Recursos de campanha
  - 9.2.2.5 Fontes de financiamento proibidas
  - 9.2.2.6 Despesas de campanha
  - 9.2.2.7 Gestão financeira da campanha e responsabilidade
- 9.3 Prestação de contas de campanha eleitoral
- 9.4 Ação por doação irregular a campanha eleitoral
- 9.5 Questões

## **CAPÍTULO 10 – PESQUISA ELEITORAL**

- 10.1 Questões

## **CAPÍTULO 11 – PROPAGANDA ELEITORAL**

- 11.1 Introdução
- 11.2 Propaganda partidária
- 11.3 Propaganda intrapartidária
- 11.4 Propaganda eleitoral
  - 11.4.1 Conceito
  - 11.4.2 Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada
  - 11.4.3 Propaganda realizada em bens
    - 11.4.3.1 Propaganda em bens públicos
    - 11.4.3.2 Propaganda em bem de uso ou acesso comum
    - 11.4.3.3 Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público
    - 11.4.3.4 Propaganda em bens particulares
  - 11.4.4 Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos
  - 11.4.5 Comício, *showmício* e eventos assemelhados
  - 11.4.6 Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico
  - 11.4.7 Direito de reunião e manifestação coletiva
  - 11.4.8 Culto e locais religiosos
  - 11.4.9 Caminhada, passeata e carreata
  - 11.4.10 Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens
  - 11.4.11 *Telemarketing* eleitoral
  - 11.4.12 Mídia escrita
  - 11.4.13 Mídia virtual
  - 11.4.14 Rádio e televisão
    - 11.4.14.1 Entrevista com candidato
    - 11.4.14.2 Debate
  - 11.4.15 Propaganda gratuita no rádio e na televisão
    - 11.4.15.1 Sanções por irregularidade na propaganda na tv e no rádio
  - 11.4.16 Internet
  - 11.4.17 Página institucional na Internet
  - 11.4.18 Propaganda no dia das eleições
- 11.5 Direito de resposta
- 11.6 Representação por infração das regras de propaganda eleitoral

## 11.7 Questões

### **CAPÍTULO 12 – ELEIÇÕES**

- 12.1 Introdução
- 12.2 Sobre o voto
  - 12.2.1 Conceito
  - 12.2.2 Voto feminino
  - 12.2.3 Voto eletrônico ou informatizado
  - 12.2.4 Voto impresso e transparência da urna eletrônica
- 12.3 Garantias eleitorais
  - 12.3.1 Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos
  - 12.3.2 Transporte de eleitores
  - 12.3.3 Oferta de alimentos a eleitores
  - 12.3.4 Restrição de acesso ao local de votação
  - 12.3.5 Prioridade postal
  - 12.3.6 Lei seca
- 12.4 Preparação para as eleições
- 12.5 Preparação para a votação
- 12.6 Votação
- 12.7 Questões

### **CAPÍTULO 13 – APURAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS**

- 13.1 Apuração e totalização dos votos
- 13.2 Proclamação dos resultados das eleições
- 13.3 Questões

### **CAPÍTULO 14 – DIPLOMAÇÃO**

- 14.1 Caracterização da diplomação
- 14.2 Diplomação de candidato com pedido de registro *sub judice*
- 14.3 Questões

### **CAPÍTULO 15 – ILÍCITOS ELEITORAIS**

- 15.1 Noção de ilícito
- 15.2 Ilícito eleitoral
- 15.3 Abuso de poder
  - 15.3.1 Conceito de abuso de poder
  - 15.3.2 Abuso de poder econômico
  - 15.3.3 Abuso de poder político
  - 15.3.4 Abuso de poder político-econômico
  - 15.3.5 Sanção por abuso de poder
- 15.4 Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A
  - 15.4.1 Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais
  - 15.4.2 Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais
- 15.5 Captação ilícita de sufrágio
  - 15.5.1 Caracterização da captação ilícita de sufrágio
  - 15.5.2 Compra de voto
  - 15.5.3 Coação eleitoral
  - 15.5.4 Consumação da captação ilícita de sufrágio
  - 15.5.5 Sanção por captação ilícita de sufrágio
- 15.6 Condutas vedadas a agentes públicos

- 15.6.1 Caracterização das condutas vedadas
- 15.6.2 Ceder ou usar de bens públicos – art. 73, I
- 15.6.3 Usar materiais ou serviços públicos – art. 73, II
- 15.6.4 Ceder ou usar servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III
- 15.6.5 Usar de forma promocional bens ou serviços públicos – art. 73, IV
- 15.6.6 Nomear, admitir, transferir ou dispensar servidor público – art. 73, V
- 15.6.7 Transferir voluntariamente recursos – art. 73, VI, *a*
- 15.6.8 Autorizar publicidade institucional – art. 73, VI, *b*
- 15.6.9 Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, *c*
- 15.6.10 Distribuir gratuitamente bens, valores ou benefícios – art. 73, §§ 10 e 11
- 15.6.11 Infringir o § 1º do art. 37 da CF (publicidade) – art. 74
- 15.6.12 Realizar despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII
- 15.6.13 Fazer revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII
- 15.6.14 Contratar show artístico para inauguração de obra – art. 75
- 15.6.15 Comparecer a inauguração de obra pública – art. 77
- 15.6.16 Sanção por conduta vedada
- 15.7 Questões

#### **CAPÍTULO 16 – RESPONSABILIDADE ELEITORAL**

- 16.1 Caracterização da responsabilidade eleitoral
- 16.2 Questões

#### **CAPÍTULO 17 – PERDA DE MANDATO E ELEIÇÃO SUPLEMENTAR**

- 17.1 Extinção de mandato eletivo
  - 17.1.1 Cassação de registro/diploma/mandato decorrente de ilícito eleitoral e invalidação da votação
  - 17.1.2 Indeferimento de registro de candidatura e invalidação da votação
- 17.2 Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE
  - 17.2.1 O art. 224 do Código Eleitoral
    - 17.2.1.1 O regime geral do caput do art. 224 do CE
    - 17.2.1.2 O regime especial do § 3º do art. 224 do CE
  - 17.2.2 Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?
  - 17.2.3 Eleição suplementar direta e indireta
- 17.3 Questões

#### **CAPÍTULO 18 – PROCESSO CONTENCIOSO ELEITORAL**

- 18.1 Ações eleitorais
  - 18.1.1 Caracterização das ações eleitorais
  - 18.1.2 Cúmulo de ações
  - 18.1.3 Reunião de ações conexas
- 18.2 Processo jurisdicional eleitoral
- 18.3 Procedimentos eleitorais
- 18.4 O procedimento do art. 22 da LC nº 64/90
- 18.5 Aspectos relevantes do procedimento do art. 22 da LC nº 64/90
  - 18.5.1 Prazos processuais
  - 18.5.2 Intimação de partes, procuradores e Ministério Público
  - 18.5.3 Início do processo
  - 18.5.4 Petição inicial

- 18.5.5 Pedido e causa de pedir
- 18.5.6 Partes
- 18.5.7 Prazo para ajuizamento
- 18.5.8 Desistência da ação
- 18.5.9 Competência
- 18.5.10 Tutela provisória de urgência e de evidência
- 18.5.11 Citação do réu
- 18.5.12 Defesa
- 18.5.13 Extinção do processo sem resolução do mérito
- 18.5.14 Julgamento antecipado do mérito
- 18.5.15 Provas
- 18.5.16 Audiência de instrução probatória
- 18.5.17 Diligências
- 18.5.18 Alegações finais ou memoriais
- 18.5.19 Relatório do Corregedor
- 18.5.20 Julgamento
- 18.5.21 Recurso
- 18.5.22 Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado
- 18.5.23 Juízo de retratação
- 18.6 Procedimento da ação de impugnação de mandato eletivo – AIME
- 18.7 Procedimento do recurso contra expedição de diploma – RCED
- 18.8 Questões

**GABARITO**